



**Coordenação-Geral de Comunicação Social**  
*Clipping - Segunda-feira, 18 de dezembro*

**A Crítica**

Editorial: Atuação política precisa melhorar - 03  
Artigo: ZFM, obrigatória diversificação do PIM - 04

**Em Tempo**

Capa - 05  
Coluna Contexto - 06  
Tabatinga será a primeira a ter 'lojas francas' - 07

**Jornal do Comercio**

Coluna de Pedrinho Aguiar - 08

## ATUAÇÃO POLÍTICA PRECISA MELHORAR

Na semana que passou, os representantes do Amazonas no Senado deram uma importante demonstração de como a ação combinada e bem articulada com argumentos técnicos pode ter muito mais êxito que a atuação isolada e individualista de cada parlamentar. Os senadores uniram forças e conseguiram retirar de pauta o projeto de lei que cria uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Estado do Maranhão. O projeto representa uma ameaça direta à Zona Franca de Manaus, uma vez que a ZPE do Maranhão ofereceria incentivos fiscais semelhantes aos do modelo amazonense, reduzindo, portanto, a competitividade da

indústria local, já tão prejudicada pelos efeitos da crise econômica. O que ocorreu no Senado, porém, foi uma situação isolada em um ano marcado por ataques à Zona Franca na Câmara e no Senado, sem que os membros da bancada do Amazonas no Congresso Nacional agissem com firmeza na defesa do Estado. Um exemplo foi a criação de novas taxas para a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) que foi aprovada, inclusive, com apoio de parlamentares do Amazonas, sob o argumento de que a receita resultante poderia dinamizar ações de interiorização do desenvolvimento. Uma emenda proibindo o contingenciamento do produto dessas

taxas chegou a ser incluída no texto. Mas a emenda foi vetada pelo presidente Michel Temer, as taxas estão em plena vigência e seus recursos apenas engordam os cofres do governo federal sem previsão de reativação de projetos de desenvolvimento na área de influência da Suframa. A emenda foi vetada e ficou por isso mesmo. Poderia ter havido uma ação forte da bancada no sentido de derrubar o veto. Os parlamentares poderiam ter pressionado o governo no momento em que Temer fazia qualquer negócio para obter apoio. Mas nada foi feito e o governo continua tratando a autarquia mais como fonte arrecadadora do que como indutora do desenvolvimento.

Outro exemplo foi a recente mudança na nomenclatura do concentrado para preparação de bebidas, o que simplesmente retirou incentivos fiscais desse, que é o principal produto de exportação da Zona Franca. Não se vê a bancada reunida para pressionar conjuntamente o ministro da Fazenda para restaurar os incentivos do produto. Nossos parlamentares precisam trabalhar mais conjuntamente. É uma bancada pequena, que precisa unir forças com parlamentares dos Estados da área de influência da Suframa e da região Norte como um todo para ter mais força. A Amazonas merece uma representação política mais coesa.

## ZFM, obrigatória diversificação do PIM

AZFM é o único modelo que deu certo. Ao menos relativamente, pode-se admitir. Em relação ao Brasil a assertiva soa exagerada. Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Campina Grande, PB, Pernambuco e alguns estados do Nordeste, o Pará, não mencionando S. Paulo, são estados que vêm investindo acima da média brasileira na implantação de parques tecnológicos, campo em que a ZFM se distancia cada vez mais em relação a cadeias produtivas que buscam inovação. Implantam-se ali centros manufatureiros que começam a alcançar padrão diferenciado em termos de processo e produtos, bom desempenho comercial e logístico, em alguns casos também mirando o mercado externo. Realista e pragmaticamente, o governador Amazonino Mendes, durante a palestra do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, na quinta-feira, 7, perante um auditório da

**Osiris Silva**

ECONOMISTA  
 e-mail:osirisilva@gmail.com



FIEAM completamente lotado de empresários, executivos, dirigentes de órgãos de classe, autoridades governamentais, políticos e do superintendente da Suframa, foi enfático sobre a necessidade de ajustes do PIM. Objetivamente, afirmou haveremos chegado "a um momento cruel, em que não se pode mais aceitar a Zona Franca de Manaus como se encontra". Suas palavras, presumo, quiseram indicar explicitamente que o modelo estagnou, em face do que "precisamos mudar com urgência, com a compreensão patriótica do

governo Federal", salientou. A crise brasileira, por si só não responde pela defasagem do nosso parque industrial; ao contrário, segundo Mendes, "a própria evolução tecnológica vem impondo a necessidade de mudança". Em última instância, disse o governador amazonense, "agasalhamos uma Zona Franca claudicante", isto é, com evidentes sinais de debilitação, de exaustão, de fadiga de materiais. Fortes sintomas indicativos da necessidade de se promover sua reestruturação e ajuste à realidade tecnológica, econômica e logística contemporânea. Biblicamente, é preciso que se cumpra a profecia de Isaías, que diz: Ouvindo, ouvireis, mas não compreendereis, e, vendo, vereis, mas não perceberéis. Mateus 13:14. O Amazonas (por enquanto, registre-se) tem 98% de sua floresta preservada. Evidentemente, o

Estado não recebe qualquer contrapartida, nenhum benefício por esse zelo cívico; fruto de uma logística geoeconômica meramente circunstancial. Evidentemente, não se defende desmatamento padrão corte raso, mas o uso sustentável da floresta por meio dos Zoneamentos Ecológico Econômicos (ZEEs), de projetos de manejo sustentável da floresta, do uso de áreas degradadas, estimadas em cerca de 15 milhões de hectares em toda a Amazônia brasileira. Considerando o "estado da arte" (científico, tecnológico, mercadológico e logístico) do Polo Industrial de Manaus - PIM, observa-se quão extensos são os campos que permitem expandir sua manufatura e significância econômica. Na verdade, o grande objetivo mirando 2073: modernizar-se tecnologicamente na busca do padrão mundial e assim diversificar e ampliar mercados. A economia do Amazonas, todavia, não

se resume ao PIM (ou não devia), embora Manaus concentre 73% do PIB e 95% das atividades econômicas estaduais. Visão distorcida que considero, por certo; a mãe de todos os erros cometidos nestes 50 anos de vida da ZFM. Precisamos investir na bioeconomia como forma de expansão do modelo industrial via incorporação ao perfil manufatureiro instalado o uso das riquezas da biodiversidade. A nova matriz econômica, o novo modelo industrial da ZFM haverá de assentar-se nas potencialidades da bioengenharia, nanotecnologia, biotecnologia, biofármacos, biocosméticos, nos serviços ambientais, e, sem dúvida, no ecoturismo e agropecuária tecnificada e capitalizada. Notoriamente, são reduzidas as alternativas. O governo tem de se convencer dessa verdade, superar fase contemplativa / defensiva e assumir atitudes, tomar decisões, criar fatos novos, inovar visões sobre as reduzidas opções que, tangivelmente, se apresentam à região.

# Lei dos Free Shops começa por Tabatinga

Município amazonense, que faz fronteira com a cidade de Letícia, na Colômbia, será o primeiro do país a implantar o projeto-piloto da Receita Federal, em abril de 2018.

**Economia 13**

### Cifras

Apesar dos ataques ao modelo econômico amazonense, do seu parque industrial sem chaminés, o Amazonas se mantém estável nas suas contas, mesmo sob três gestões em um ano. Sinal de maturidade.

Manaus, segunda-feira, 18 de dezembro de 2017

emtempo

13



# Economia

economia@emtempo.com.br | Emerson Quaresima

DIEGO CAJA

A implantação da Lei dos Free Shops número 12.723/2012, em cidades gêmeas de fronteira no país já tem data para acontecer. Segundo a Receita Federal, até o mês de abril de 2018, o software que faltava para completar o processo estará disponível. Um projeto piloto será executado em Tabatinga (AM), fronteira com a cidade de Leticia, na Colômbia.

A informação foi repassada, pelo deputado Adjuto Afonso (PDT), que esteve em Brasília recentemente, participando de um seminário sobre o tema, realizado pela Unale (União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais).

Com o preço menor nas lojas francas por conta da isenção de tributos de importação, a lei visa estimular os turistas estrangeiros a comprarem os produtos brasileiros nas cidades brasileiras de fronteira. "Enquanto as cidades desses outros países crescem dez vezes, as nossas cidades vão regredindo, porque os recursos vão para as cidades gêmeas. Nossos municípios são prejudicados porque a concorrência é desleal", ressaltou Adjuto Afonso.

Pelo texto da Lei, nas lojas francas o pagamento pelos produtos poderá ser feito com a moeda nacional ou estrangeira, como o dólar, por exemplo. Os produtos só poderão ser vendidos a turistas estrangeiros, de passagem pelo país, e a brasileiros em trânsito entre o Brasil e outros países.

O parlamentar, que defende a implantação imediata da Lei, ressaltou que o Brasil perde receita para países vizinhos como o Uruguai, Bolívia, Paraguai, Peru, Venezuela e Colômbia. Para Adjuto, o assunto é muito importante para o Estado do Amazonas, que tem uma cidade gêmea, que é Tabatinga, que faz fronteira com Leticia, na Colômbia.

Ainda em 2015, em evento da Unale, o deputado Adjuto Afonso sugeriu o município de Tabatinga para o projeto piloto da implantação da Lei Federal. Durante o último encontro, o assunto entrou na pauta e ficou acordado que a cidade amazonense foi a escolhida para o projeto, levando em consideração que o Estado já conta com a lei de incentivo e a ZFM (Zona Franca de Manaus), por exemplo.

"Certamente o projeto pegará carona nessas leis que já existem no Amazonas. Tenho certeza que, em Tabatinga teremos vários empresários, até mesmo da Zona



Localizada no extremo oeste do Estado do Amazonas, no Alto Calimãe, a cidade amazonense faz fronteira com a cidade colombiana de Leticia.

## Tabatinga será a primeira a ter 'lojas francas'

Receita diz que o software para o funcionamento do processo de isenção de tributos às cidades, onde funcionará a Lei dos Free Shops, estará pronto em abril de 2018

Franca de Manaus, com a implantação, que vai ter certos atrativos. Isso vai gerar empregos, gerar renda e aumentará a receita do Estado", ressaltou o deputado.

Articulação  
Enquanto esteve na presidência da Unale, a Lei dos Free Shops entrou constantemente na pauta

do deputado Adjuto Afonso. Em maio deste ano, liderando uma comitiva de parlamentares, ele esteve em audiência na Secretaria de Aduana e Relações Internacionais, onde tratou sobre o tema com o secretário da pasta, Luiz Felipe de Barros Reche e o subsecretário de Gestão Corporativa, Juliano Brito Neves.

A comitiva esteve também com a presidente do Serpro (Serviço Federal de Processamentos), Maria da Glória Guimarães, para discutir a celeridade no processo de informática para o programa dos Free Shops, que beneficiará ao todo, 32 municípios brasileiros que fazem fronteira com outros países. Na Região Norte, Amazonas, Acre, Amapá, Roraima e Rondônia somam nove cidades gêmeas.

O Seminário Nacional, organizado em conjunto pela Unale, Parlasul, Parlamento Amazônico e Frente Parlamentar em Defesa da Instalação de Free Shops, recebeu representantes das 32 cidades que podem receber as lojas francas, com mais de 150 participantes.

"Essa regulação possibilitará que os habitantes dessas áreas tenham oportunidades de trabalho e desenvolvimento em sua região. Esta é a solução e o futuro para alcançar o equilíbrio da economia do país", destacou deputado Frederico Antunes (Progressistas-RS), presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Instalação de Free Shops.

O CAS (Conselho de Administração da Suframa) realizou, na quinta-feira (14), no auditório da Governadoria do Palácio Rio Madeira, em Porto Velho (RO), a sua 281ª Reunião Ordinária.

O encontro foi marcado por discursos de apoio ao modelo, com o anúncio da formação de uma frente de governadores da região Norte em defesa da ZFM (Zona Franca de Manaus) e a luta pelo descontingenciamento de verbas para serem utilizadas em ações de desenvolvimento regional.